Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Senhor Governador Civil

Senhores Presidentes de Câmaras

Membros da Comissão Executiva do Aveiro Digital – Eng.ª Lusitana Fonseca, Professor José Alberto Rafael, Eng. Ribau Esteves

Senhora Reitora da Universidade de Aveiro

Senhor Gestor do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento

Minhas senhoras e meus senhores,

Quando em 1998 se deram os primeiros passos nas políticas públicas para a Sociedade da Informação em Portugal, com os projectos-piloto financiados pela Intervenção Operacional telecomunicações através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a que eu então presidia, e Portugal preparou os primeiros passos das políticas europeias desta área, foi logo evidente que o desafio central era enraizar a sociedade da informação no território, embebê-la na vida das comunidades.

As Tecnologias de Informação e Comunicação são **tecnologias facilitadoras** que influenciam todas as áreas de actividade, tal como foi a electricidade no começo do século XX. Estão em toda a parte e passam de tal forma a fazer parte da nossa vida do dia a dia que muitas vezes nem damos por elas. São essenciais para o aumento da produtividade, o aumento da flexibilidade, a facilidade de comunicação e alcance global económico e cultural, a redução do consumo de recursos materiais (como energia, meios de transporte e combustíveis, espaço, papel – lembremo-nos por exemplo que a passagem do Diário da República em papel para electrónico eliminou num só golpe o gasto de 27 toneladas de papel por dia).

Estas tecnologias estimularam a organização em rede e são caracterizadas por **partilha de recursos**, em particular de informação e conhecimento. Desde logo, a sua manifestação mais visível – a Internet – como partilha de capacidade distribuída de disponibilização de informação, ou a computação GRID como partilha de capacidade distribuída de processamento computacional, ou o *Peer-to-Peer* e a associada *Web 2.0* como partilha de recursos numa rede de transmissão de conteúdos entre todos os seus nós, ou a Internet das coisas e a associada *Web 3.0* que está aí para vir com partilha de instrumentos e sensores em comunicação como já acontece com a Via Verde.

Sempre que se introduz uma poderosa tecnologia facilitadora de comunicações, a evolução natural, deixando o curso dos acontecimentos entregue a si próprio, é a **centralizaçã**o – a atracção dos centros com mais recursos – pelo que é nessas alturas que é mais crítico promover a **mobilização de actores locais em torno de projectos concretos com essas mesmas tecnologias**.

Foi assim claro, em 1998, na fase piloto das políticas para a Sociedade da Informação, como o foi quando em 1999 preparámos e negociámos o primeiro programa operacional europeu do Quadro Comunitário de Apoio para a Sociedade da Informação. A promoção de projectos locais e regionais – o então chamado Portugal Digital – com componentes transversais a todas as actividades sociais e criando dinâmicas de trabalho conjunto e partilha de recursos assumiram uma prioridade clara.

É de notar que era uma altura em que a opção não era evidente. As próprias comunidades locais não estavam sintonizadas para a sua importância. As Tecnologias de Informação e Comunicação eram vistas como coisas complicadas que diziam respeito aos cientistas, às universidades e às grandes empresas de telecomunicações e, quanto muito, às grandes cidades. Lembro-me de na altura até na Assembleia da República se ter feito paródia da importância atribuída pelo Governo de então à Internet

Passados 9 anos, a realidade é bem diferente. A importância das tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento local e regional é consensualmente reconhecida em todo o país.

O projecto Aveiro Digital, nas suas duas fases, foi paradigmático desta transformação e revelou-se capaz de construir uma dinâmica de relações em torno das finalidades de políticas públicas para a Sociedade da Informação. Relações essas que eram previamente inexistentes e cuja possibilidade de construção era em larga medida insuspeitada.

É um exemplo que não está sozinho no país, com os 25 projectos de Cidades e Regiões Digitais em curso que incluem 235 municípios onde habita 81% da população total do país e que envolvem um investimento superior a 200 milhões de euros.

O caminho percorrido foi longo:

- **Ligaram-se todas as escolas Internet** de 1997 a 2001, e depois em banda larga em 2005, o que permitiu a Portugal ter estado na linha da frente da ligação das escolas à Internet.
- Criaram-se Espaços Internet locais de acesso público gratuito a computadores e à Internet com apoio de monitores que, com mais de 1.080 espaços presentemente, constitui a rede mais densa da Europa.
- Verificaram-se marcados progressos na disponibilização de serviços públicos pela Internet aos cidadãos e às empresas que, em alguns casos, nos colocam na 1ª linha internacional:
 - Como a criação de empresas completamente online;
 - Ou a disponibilização do Cartão de Cidadão electrónico, com acesso a 5 serviços públicos e eliminando os correspondentes 5 cartões tradicionais de identificação;
 - Ou a entrega de cerca de metade das declarações de IRS e o tratamento de todo o IVA pela Internet;
 - Ou as compras públicas electrónicas que em 2006 foram mais do dobro dos três anos anteriores, depois de terem crescido 33% ao longo de 2005.
- Interligou-se todo o ensino superior num único Campus Virtual sem fios que constituiu exemplo admirado internacionalmente e está a ser seguido noutros países, como a França onde está a ser copiado ponto a ponto.
- A penetração da banda larga nos agregados familiares cresceu de 17% em Dezembro de 2004 para 34% em Dezembro de 2006, isto é duplicou em apenas dois anos.
- Portugal tem uma posição entre os países mais destacados na utilização da Internet nas pessoas com educação superior ou secundária, respectivamente 87% e 80%, correspondente ao 8º e 5º lugares na UE25. Claramente acima das médias europeias e no grupo dos países nórdicos, a Holanda, o Reino Unido e pouco mais. Uma situação extraordinariamente elevada face às condições gerais do país e que já não poderá melhorar.

Mas Portugal tem uma situação particular no que toca a qualificações da população. É, junto com Malta, o país de toda a UE25 com mais baixa percentagem de população com educação secundária (26%), cerca de metade da dos dois países imediatamente a seguir – Espanha e Itália – e pouco mais de um terço da média da UE25.

É bem conhecida a dificuldade de utilização de computadores e da Internet pela população que não tem mais do 9º ano de escolaridade. O problema é que em Portugal este é um grupo de 5 milhões de pessoas dos 16 aos 74 anos. Metade da população total, ¾ da população adulta, mais de ¾ da população activa!

É essencial vencermos também esta barreira à penetração dos computadores e da Internet, trazendo este enorme grupo para a Sociedade da Informação. Não é tarefa fácil e requer um amplo envolvimento e trabalho de grande proximidade no terreno: com autarquias, escolas, universidades e politécnicos, Organizações Não-Governamentais de solidariedade e de apoio ao desenvolvimento. Requer uma mobilização geral. De todos e por todos os lados.

Requer a activação de malhas de trabalho conjunto com as que foram tecidas no Aveiro Digital. É a mobilização dessa capacidade de intervenção e da rede de Espaços Internet construída que é necessário no futuro imediato para vencer mais este desafio.

Gostaria de felicitar a direcção do Aveiro Digital e todas as pessoas e organizações que nele se envolveram pelo trabalho feito e pelo longo percurso percorrido, na certeza que estão preparados para o desafio que se segue.

Muito obrigado pela vossa atenção.